

Da vária jurisprudência que «valida» a interpretação da CCP e da PGR, referem-se os Acórdãos (publicados na Colectânea de Legislação e Jurisprudência - CJ):

- da Relação de Évora de 4.6.1996 (CJ, 1996, Tomo III, pág. 289)
- da Relação de Coimbra de 20.4.1994 (CJ, 1994, Tomo II, pág. 52)
- do Supremo Tribunal de Justiça de 11.3.1997, proc. 878331.

› Certificação obrigatória do aço de pré-esforço

AJ 027



Publicado no D.R. do passado dia 12 de Fevereiro, o **DECRETO-LEI Nº 28/2007** aprova as condições a que deve obedecer a colocação no mercado nacional de aço de pré-esforço, para utilização em betão pré-esforçado, de modo a garantir a segurança e a satisfação das exigências essenciais dos edifícios e empreendimentos em que venham a ser aplicados.

Para efeitos deste diploma, são aços de pré-esforço os produtos (fios, cordões e varões) em aço de alta resistência e baixa relaxação destinados a ser utilizados como armaduras em betão pré-esforçado.

Para efeitos deste diploma, são aços de pré-esforço os produtos (fios, cordões e varões) em aço de alta resistência e baixa relaxação destinados a ser utilizados como armaduras em betão pré-esforçado.

A exemplo do que acontece desde 1999 com o varão de aço para betão laminado a quente, do tipo nervurado, e do que em breve sucederá com a rede electrosoldada e com o varão de aço para betão laminado a frio, o fio, cordão ou varão de aço para pré-esforço tem que ser certificado previamente à sua colocação no mercado, não podendo ser comercializado em Portugal se não estiver certificado.

A certificação é efectuada por organismo nacional acreditado pelo IPAC (que é a CERTIF, de quem a APCMC é associada), com base em normas ou especificações técnicas portuguesas aplicáveis ou com normas europeias (...), como devem ser acreditadas as entidades que efectuem a recolha de amostras, a realização de ensaios de controlo externo e a elaboração dos relatórios de apreciação dos resultados dos ensaios internos e externos.

A ASAE fiscaliza, como é habitual, podendo instaurar contra-ordenações (as coimas vão de €5000 a €30000 para as pessoas colectivas e de €300 a €3500 para as pessoas singulares...) e proceder à apreensão do material não certificado.

O DL 28/2007 entra em vigor no próximo dia 14 de Março.

› Inspeções de veículos – novas tarifas

AJ 028



A **PORTARIA 207/2007**, de 16/2, procedeu à actualização das tarifas devidas pela realização de inspeções periódicas, inclusive facultativas, e de reinspeções de veículos automóveis, reboques e semi-reboques, inspeções extraordinárias, inspeções para atribuição de nova matrícula e emissão de segunda via da ficha de inspecção, que passaram a ser as seguintes desde o passado dia 21 (a elas acrescentando o IVA à taxa legal):

Ligeiros	€ 22,17
Pesados	€ 33,18
Reboques e semi-reboques	€ 22,17
Reinspeções de ligeiros	€ 5,56
Reinspeções de pesados	€ 5,56
Reinspeções de reboques e semi-reboques	€ 5,56
Nova matrícula	€ 55,35
Inspeções extraordinárias	€ 77,40
Emissão de 2ª via da ficha de inspecção	€ 2,09

› Mapa de férias / 2007

Deve ser elaborado e estar afixado nos locais de trabalho até ao próximo dia **15 DE ABRIL** o mapa definitivo de férias dos trabalhadores.

COEFICIENTES DE ACTUALIZAÇÃO DAS RENDAS PUBLICADOS ATÉ À DATA (1982 A 2007)

ANO	HABITAÇÃO, RENDA LIVRE	HABITAÇÃO, RENDA CONDICIONADA	COMÉRCIO, INDÚSTRIA... (NÃO HABITAÇ.)	DIPLOMAS
2007	1,031	1,031	1,031	Aviso INE 9635/2006, de 7/9; Rectificação 1579/2006, 23/10
2006	1,021	1,021	1,021	Aviso INE 8457/2005 (2ª série), de 30/9
2005	1,025	1,025	1,025	Aviso INE 9277/2004 (2ª série), de 7/10
2004	1,037	1,037	1,037	Aviso INE 10280/2003 (2ª série), de 3/10
2003	1,036	1,036	1,036	Aviso INE 10012/2002 (2ª série), de 26/9
2002	1,043	1,043	1,043	Aviso INE 13052-A/2001 (2ª série), de 30/10
2001	1,022	1,022	1,022	Aviso INE 1062-A/2000 (2ª série), de 31/10
2000	1,028	1,028	1,028	Portaria 982-A/99, de 30/10
1999	1,023	1,023	1,023	Portaria 946-A/98, de 31/10
1998	1,023	1,023	1,023	Portaria 1089-C/97, de 31/10
1887	1,027	1,027	1,027	Portaria 616-A/96, de 30/10
1996	1,037	1,037	1,037	Portaria 1300-A/95, de 31/10
1995	1,045	1,045	1,045	Portaria 975-A/94, de 31/10
1994	1,0675	1,0675	1,0675	Portaria 1103-A/93, de 30/10
1993	1,080	1,080	1,080	Portaria 1024/92, de 31/10
1992	1,1150	1,1150	1,1150	Portaria 1133-A/91, de 31/10
1991	1,11(1)	1,11(2)	1,11(3)	Port. (1) 1101-A/90, (2) 1101-B/90, (3) 1101-E/90, 31/10
1990	1, 10 (1)	1, 10 (1)	1, 10 (2)	Portarias (1) 965-A/89 e (2) 965-D/89, de 31/10
1989	1,073 (1)	1,073 (1)	1,073 (2)	Port. (1) 715/88, de 28/10, e (1) 725-A/88, de 31/10
1988	1,074 (1)	1,074 (2)	1,074 (3)	Port. (1) 845/87, (2) 846/87, (3) 847-A/87, de 31/10
1987	1,085 (1)	1,090 (2)	1,090 (3)	Port. (1) 604/86 e (2) 605/86, de 16/10, e (3) 617/86, de 23/10
1986	1,13 (1)	1,14 (2)	1,14 (3)	Port. (1) 179/86, 6/5; (2) 29/86, 22/1; (3) 926/85, 3/12
1085	-	1,18 (1)	1,18 (2)	Portarias (1) 842-C/84 e (2) 842-B/84, de 31/10
1984	-	1,17 (1)	1,17 (2)	Port. (1) 1007/83, 30/11; (2) 43-B/83, 2/3; (2) 1006/83, 30/11
1983	-	1,17 (1)	1,17 (2)	Portarias (1) 1014-B/82, e (2) 1014-A/82, de 30/10
1982	-	1,15 (1)	1,17 (2)	Portarias (1) 63/82 e (2) 62/82, de 15/1